



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

MT  
M

130

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0199152-4

APELANTE: MARIA DOS PRAZARES SANTOS

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPVAT S/A

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

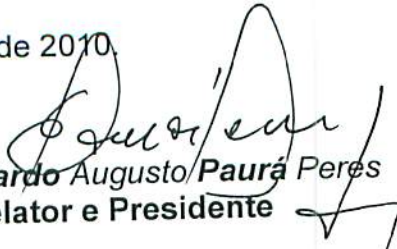
R  
5712

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. I – MÉRITO. PRESCRIÇÃO TRIENAL DA PRETENSÃO DO DIREITO DE AÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO CIVIL. REGRA DE TRANSIÇÃO. NÃO DECORRERAM OS 10 ANOS ENTRE O ACIDENTE E A ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 10.406/2002, POR CONSEQUENTE O PRAZO PRESCRICIONAL É TRIENAL – O DPVAT EXIBE QUALIDADE DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL, PORTANTO PRESCREVE EM 3 ANOS, NOS MOLDES DO ART. 206, §3º, IX, DO CC. - RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0199152-4, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado. (julgamento ocorrido em 11 de maio de 2010).

Recife, 19 de maio de 2010.

  
Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**  
Relator e Presidente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

131

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0199152-4

APELANTE: MARIA DOS PRAZARES SANTOS

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT S/A

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**RELATÓRIO**

Adoto o relatório da sentença de fls. 116/122.

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra sentença (fls. 116/122) que julgou improcedente a Ação de Cobrança da Diferença de Indenização Securitária na Garantia de Invalidez Permanente do DPVAT promovida pela parte ora apelante e, neste conduto, declarou extinto o feito, com apreciação do mérito (art. 269, inc, IV, do CPC). Por conseguinte, o MM. Juiz *a quo* condenou a apelante ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Suspensa a exigibilidade em virtude do deferimento da Assistência Judiciária Gratuita.

Cumpra esclarecer que o Sr. Cristiano Santana da Silva, filho da recorrente, foi vítima de acidente de trânsito, em 22.10.2001, vindo a falecer em decorrência do acidente citado. Por este motivo a apelante requereu administrativamente o pagamento integral do Seguro Obrigatório – DPVAT, entretanto, não recebeu o valor total previsto em lei. Ressalte-se que apenas

0199152-4 (relatório)

ara  
1





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

132

em 28.01.2009 a recorrente ajuizou a ação em comento, visando receber a diferença do valor indenizado.

Irresignada, a recorrente reclama em suas contra-razões que a prescrição com esteio no art. 206, §3º, IX, do Código Civil, não deve prosperar, pois o referido artigo traz consigo o seguro de responsabilidade civil obrigatória. Quando o seguro em contenda corresponderia ao seguro obrigatório (DPVAT), que possui natureza pessoal, portanto, deve se pautar no prazo previsto no art. 205 do CC, dez anos. Por fim, a recorrente requer a reforma da sentença, para que seja declarado procedente o pedido exordial.

A apelada deixou transcorrer *in albis* o prazo para oferecimento das contra-razões, conforme certidão de fl. 132 verso.

É o relatório.

Proceda-se à **INCLUSÃO EM PAUTA do presente recurso**, tendo em vista o disposto no §3º, art. 551 do CPC, que dispensa a revisão nas causas de procedimento sumário, como é o caso:

CPC - Art. 551. Tratando-se de apelação, de embargos infringentes e de ação rescisória, os autos serão conclusos ao revisor.

§ 3º Nos recursos interpostos nas **causas de procedimentos sumários**, de despejo e nos casos de indeferimento liminar da petição inicial, **não haverá revisor**.

CPC - Art. 275. Observar-se-á o **procedimento sumário**:  
(*omissis*)

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

(*omissis*)

d) de **ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre**;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

133

Processo nº 189152-4

Recife, 01 de março de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

Processo nº 001.2009.067402-3

Ação: Cobrança (Sumário)

Autora: MARIA DOS PRAZERES SANTOS

Ré: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**SENTENÇA, Nº**

Vistos, etc.

**MARIA DOS PRAZERES SANTOS**, já qualificada às fls. 02 dos autos, através de advogados devidamente habilitados com instrumento procuratório, promoveu a presente a AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, ajuizada pelo rito sumário, contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também qualificada na inicial, aduzindo, em síntese, que é credora de R\$ 2.585,43 (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco e quarenta e três centavos), correspondente à complementação da indenização do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, em decorrência da morte de seu filho.

Alega a Demandante que, em 22/10/2001, seu filho, Cristiano Santana da Silva, foi vítima de acidente de trânsito, vindo a falecer por conta do mesmo (documentos de fls. 22-26). A Autora requereu administrativamente o pagamento integral do seguro DPVAT, por morte – correspondente a 40 salários mínimos, conforme a Lei nº 6.194/74 –, porém, em 02/08/2002, recebeu apenas R\$ 6.754,01 (seis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), correspondente a apenas 33,77 (trinta e três inteiros e setenta e sete centésimos) vezes o valor do salário mínimo vigente à época do acidente.

Por fim, o Demandante requereu a procedência da ação, para condenar a Demandada ao pagamento da indenização de seguro DPVAT, correspondente ao valor de R\$ 2.585,43 (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco e quarenta e três centavos) – correspondente a 6,23 (seis inteiros e vinte e três centésimos) vezes o valor do salário mínimo atualmente vigente –, acrescidos de incidência legais e condenação em custas e honorários de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Recebida a ação, foi deferida o pedido de justiça gratuita e determinada a citação da Demandada para oferecer defesa na audiência de conciliação, a qual se realizou em 25 de março de 2009 (fls. 35).

A Demandada, através de advogado constituído, ofereceu contestação (fls. 37-115) sustentando, em resumo:



I-)em sede de preliminares:

- a) a ocorrência de prescrição desde 11/01/2006, uma vez que o sinistro ocorreu em 22/10/2001, o pagamento administrativo em 25/04/2002, sendo que, na espécie, o prazo extintivo é de 3 (três) anos, tendo em vista o art. 206, §3º, IX, c/c art. 2.028 ambos do CC/2002;
- b) a falta de interesse de agir, pois já teria ocorrido o pagamento da indenização devida no presente caso;

II-)no mérito:

- a) a impossibilidade legal da vinculação da indenização ao valor do salário mínimo, pois tal vinculação atentaria contra o disposto no art. 1º da Lei nº 6.205/74 e art. 7º, IV, da CF/88;
- b) que a correção monetária deve correr desde o mês de ajuizamento da presente ação, segundo a Lei nº 6.899/81; e
- c) que os juros de mora devem fluir apenas a partir da citação inicial; e
- d) que, no caso de sua condenação, os honorários advocatícios sejam arbitrados em 10% (dez por cento).

Por fim, a Demandada requereu a extinção do feito sem julgamento de mérito, caso seja acolhida alguma das preliminares suscitadas, ou a sua improcedência. Ainda na audiência, a réplica foi apresentada.

Ante a ausência de necessidade de produção de provas em audiência, o MM. Juiz de Direito determinou que os autos lhe viessem conclusos para o julgamento antecipado da lide.

#### **É a síntese do relatório. DECIDO:**

Vislumbrando os autos, constato que o cerne da presente demanda resume-se à discussão acerca do cabimento de eventual complementação da indenização do seguro obrigatório DPVAT e qual o valor a ser pago a Demandada, por morte de seu filho em decorrência de acidente automobilístico em 22/10/2001. Todavia, foi levantada questão preliminar, que deve ser analisada antes de se adentrar propriamente no mérito. Cumpre destacar que a questão atinente à prescrição será analisada quando da apreciação do mérito, por se tratar de questão prejudicial.

#### **DA PRELIMINAR: Da existência de interesse de agir**

O Superior Tribunal de Justiça, no tocante à análise da presença das condições da ação, adota a Teoria da Asserção. De acordo com tal teoria, as condições da ação devem ser analisadas com base nas afirmações feitas pelo autor na petição inicial. Ilustrando tal entendimento, colaciona-se o seguinte trecho de julgado:



118  
136  
ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO  
PÚBLICO ESTADUAL - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO  
PÚBLICO - TRANSPORTE - PEDIDO DE ADEQUAÇÃO  
DO SERVIÇO ESSENCIAL - INTERESSE DE AGIR,  
LEGITIMIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO  
PEDIDO.

...omissis...

3. Deste modo, uma vez constatada a não-observância de tais regras básicas, surge o interesse-necessidade para a tutela pleiteada. Vale observar, ainda, que as condições da ação são vistas *in situ* assertionis ("Teoria da Asserção"), ou seja, conforme a narrativa feita pelo demandante, na petição inicial. Desse modo, o interesse processual exsurge da alegação do autor, realizada na inicial, o que, ademais, foi constatado posteriormente na instância ordinária. Tudo isso implica reconhecer a não-violação dos arts. 3º e 267, VI, do CPC.

...omissis...

(grifo nosso)  
(STJ - REsp 470675 / SP - 2ª T. - Rel. Min. Humberto  
Martins - DJ 29/10/2007 p. 201)

Assim, analisando-se as afirmações realizadas pelo Autor na exordial, constata-se que este busca o valor correspondente a diferença entre o valor que ele entende devido e aquele que foi efetivamente pago pela parte Ré. Diante de tal afirmação, constata-se a existência do interesse de agir, consubstanciado, *in casu*, justamente na pretensão do Demandante receber a complementação de indenização de DPVAT.

Destarte, afasto a preliminar argüida de carência de ação por ausência de interesse de agir.

#### **DO MÉRITO: Da ocorrência de prescrição**

Em sede de prejudicial de mérito, alega a Demandada que a pretensão autoral já estaria prescrita desde janeiro de 2006, pois o novo prazo extintivo seria de 3 (três) anos por força do art. 206, §3º, IX, do CC/2002 e, *in casu*, seu curso teria reiniciado em janeiro de 2003, quando do início da vigência do Código Civil de 2002, conforme, restou estabelecido pela norma de direito intertemporal do art. 2.028 do NCC.

Tal alegação, efetivamente, encontra-se em consonância com os fatos expostos nos autos e com o posicionamento dominante nos Tribunais pátrios.

No tocante ao prazo prescricional de três anos para a cobrança do seguro obrigatório DPVAT por invalidez, tem-se entendido que ele encontraria supedâneo legal no art. 206, § 3º, IX, do Código Civil, que prevê:

2



Art. 206. Prescreve:

(...)

§ 3º Em três anos:

(...)

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

Neste sentido, tem se posicionado majoritariamente os tribunais pátrios, conforme se depreende da leitura das seguintes ementas de julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. DPVAT. PRESCRIÇÃO TRIENAL. OCORRÊNCIA.

1. O prazo prescricional aplicável ao seguro em questão é aquele disposto no artigo 206, §3º, IX, c/c art. 2.028, ambos do Código Civil de 2002.

2. Carecendo de exigibilidade o direito do autor, deve ser pronunciada a prescrição da pretensão, não merecendo reparos a sentença. APELO DESPROVIDO.

(TJRS – AC nº 70026771907 – 6ª CC – Rel. Des. Liege Puricelli Pires – Julgado em 19/02/2009)

Seguro obrigatório. Cobrança de indenização.' Diferença. Prescrição. Artigos 2.028 e 206, § 3º, IX, do Código Civil. Redução de prazo e que se conta a partir da vigência do atual Código. Decurso de mais de três anos entre o ajuizamento da ação e o início da vigência do atual Código, Civil. Recurso improvido.

**Em se cuidando de ação de cobrança de diferença de indenização de seguro obrigatório de veículos automotores, a prescrição ocorre' pelo decurso de três anos (art. 206, § 3º, IX, do atual Código Civil).** O pagamento parcial foi feito em 11/12/03 e, com o início de vigência do atual Código Civil (11/01/03), o prazo passou a ser do novo estatuto, sendo que a ação foi ajuizada apenas em 26/01/07.

(TJSP – Apelação sem Revisão nº 1.221.888 – 32ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Kioitsi Chicuta – Data de Julgamento: 12/02/2009)

COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT - PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - APLICAÇÃO DO ART. 206, §3º, IX, DO CCB/2002, SOMENTE A PARTIR DE SUA ENTRADA EM VIGOR - DECURSO DO PRAZO - RECURSO DESPROVIDO. **Na ação de cobrança de diferença de seguro DPVAT, o prazo prescricional é de 3 anos, nos termos do art. 206, §3º, IX, do CCB/2002.**

8



120  
~~120~~  
  
138

O prazo somente deve incidir a partir de 12.1.2003, data da entrada em vigor de tal diploma legal, eis que a lei não rege fatos pretéritos. E, com a resposta do pedido administrativo, reinicia-se sua contagem. Decorrido o prazo, findo o qual se extinguiu a pretensão do apelante, impõe-se manter a sentença, que acolheu a prejudicial de prescrição.

(TJMG – AC nº 1.0024.07.409712-2/001 – 17ª CC – Rel. Des. Eduardo Marine da Cunha – Data de Julgamento: 29/05/2008)

Cumprе destacar que o Superior Tribunal de Justiça pronunciou-se pouquíssimas vezes acerca do prazo prescricional em questão. Em pesquisa realizada no sítio deste tribunal encontra-se apenas um julgado tratando da matéria e prevendo que o lapso prescricional na espécie é de 3 (três) anos. Transcreve-se:

AGRAVO REGIMENTAL - COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA - PRECEDENTES - AGRAVO IMPROVIDO.

I - No que se refere ao prazo prescricional para o ajuizamento de ação em que o beneficiário busca o pagamento da indenização referente ao seguro obrigatório, o entendimento assente nesta Corte é no sentido de que o prazo prescricional é de três anos, nos termos do art. 206, § 3º, IX, do CC.

II - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1057098 / SP – 3ªT. – Rel. Min. Massami Uyeda - DJe 03/11/2008)

Assim, diante do posicionamento majoritário dos tribunais pátrios, cumpre reconhecer que, a partir da vigência do novel Código Civil, o prazo prescricional para a cobrança de seguro DPVAT é de 3 (três) anos – inclusive na hipótese de morte –, por força do disposto no art. 206, § 3º, IX, deste diploma legal.

*In casu*, todavia, cumpre analisar como se dará a contagem da prescrição, tendo em vista que o acidente sofrido pelo Autor ocorreu quando ainda vigente o Código Civil de 1916, mais especificamente em 22/10/2001.

De acordo com a jurisprudência nacional, durante a vigência do CC/1916, o prazo prescricional para a cobrança do DPVAT era vintenária, subsumindo-se à regra subsidiária prevista no art. 177 desta lei. Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - CIÊNCIA DA INVALIDEZ - OCORRÊNCIA. - O prazo prescricional em



121  
139

ação de cobrança de seguro DPVAT, era vintenário de acordo com o disposto no art. 177 do Código Civil de 1916 eis que se tratava de ação pessoal. Todavia, com o advento do Novo Código Civil, tal prazo foi reduzido para três anos, nos termos do art. 206, §3º, IX do CC/02, devendo, contudo, ser contado a partir da vigência do NCC (11-01-03). - Nas ações de cobrança do DPVAT, por invalidez permanente, o prazo prescricional tem início no momento em que o beneficiado toma ciência do fato gerador da pretensão indenizatória.

(TJMG – AC nº 1.0024.07.572418-7/001 – 17ª CC – Rel. Des. Irmair Ferreira Campos – Data de Julgamento: 15/01/2009)

Tendo em vista que houve uma redução do prazo prescricional em relação ao CC/2002, cumpre analisar se incide ou não a regra de transição do art. 2.028 do Novo CC, a qual dispõe:

Art. 2.028. Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

O pagamento administrativo da indenização em decorrência do acidente acima referido ocorreu em agosto de 2002. Entende-se que o lapso prescricional para a cobrança de diferença de DPVAT se inicia quando o beneficiário tem ciência do recebimento a menor. Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO. ILEGITIMIDADE. INOCORRÊNCIA. RECIBO. QUITAÇÃO PLENA. INOCORRÊNCIA. CARÊNCIA DE AÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRAZO TRIENAL INC. IX, §3º DO ART. 206 DO CC/2002. REGRA DE TRANSIÇÃO. ART. 2.028 DO CC/02. EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. De acordo com a Resolução nº 06/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, em caso de sinistro, o beneficiário poderá reclamar o ressarcimento na seguradora de sua preferência, tomando-se por base a criação do convênio DPVAT, do qual fazem parte todas as empresas autorizadas para atuar nesta modalidade de serviço. O recibo firmado pelo beneficiário do DPVAT quita apenas o valor efetivamente declarado. Prescreve em três anos a pretensão do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório. **Em caso de complementação do seguro DPVAT o termo inicial é considerado a partir do momento em que o**

8



122  
140

**beneficiário tem ciência do recebimento a menor.** De acordo com o artigo 2028 do CC/02, somente serão contados os prazos da lei anterior, quando reduzidos por este Código se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

(TJMG – AC nº 1.0701.07.196258-6/001 – 11ª CC – Rel. Des. Afrânio Vilela – Data do Julgamento: 27/08/2008)

De agosto de 2002, até a entrada em vigor do Novo CC, não se passaram mais de 10 (dez) anos. Aplica-se, assim, o novo prazo prescricional, que, na espécie, é de 3 (três) anos e cuja fluência se iniciou em janeiro de 2003 – data do início da vigência do CC/2002 – encerrando-se, assim, em janeiro de 2006.

Destarte, tendo em vista que a presente ação foi proposta em janeiro de 2009, forçoso se faz reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão do Autor à complementação de seguro DPVAT, restando assim prejudicada toda e qualquer outra discussão de mérito no caso *sub examinem*.

#### **PARTE DISPOSITIVA:**

Em face do exposto, extingo o feito COM resolução do mérito, com arrimo no art. 269, IV, do CPC, **pronunciando a prescrição da pretensão do Autor de receber a complementação de seguro DPVAT**, condenando-o a suportar o pagamento de custas e despesas processuais, assim como honorários advocatícios, os quais arbitro no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), restando, todavia, suspensa a cobrança destas verbas sucumbenciais enquanto perdurar a condição legal de necessitado – que ensejou o deferimento de assistência judiciária – até o máximo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta sentença, conforme prescrevo o art. 12 da Lei nº 1.060/50

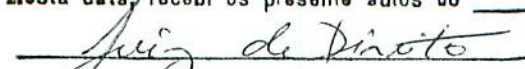
P.R.I.

Recife, 27 de março de 2009.

  
**SILVIO ROMERO BELTRÃO**  
Juiz de Direito

#### **DATA**

Nesta data, recebi os presente autos do \_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
Recife, 03 de 04 de 2009

\_\_\_\_\_  
p/ Chefe da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

148  
M  
141

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0199152-4

APELANTE: MARIA DOS PRAZARES SANTOS

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT S/A

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,  
Senhor (a) Procurador (a).

Cuida-se de apelo contra sentença do MM. Juiz da 18ª Vara Cível da comarca da Capital que, nos autos da Ação de Cobrança da Diferença de Indenização Securitária na Garantia de Invalidez Permanente do DPVAT, extinguiu o processo, pautando-se no que leciona o art. 269, inc. IV do CPC.

Reclama a apelante que sua pretensão tem como arrimo o prazo prescricional previsto no art. 205 do Código Civil<sup>1</sup>, por consequência, observa-se à impossibilidade da prescrição, visto que não decorreram os dez anos. Alega, ainda, ser inaceitável a aplicação do art. 206, § 3º, IX, do CC<sup>2</sup>, pois este dispositivo faz referência a seguros de responsabilidade civil obrigatória, não correspondendo ao seguro obrigatório DPVAT.

<sup>1</sup> CC - Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

<sup>2</sup> CC - Art. 206. Prescreve:

...  
§ 3º Em três anos:

...  
IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

149  
m  
142

Observa-se que o acidente automobilístico ocorreu em 22.10.2001, quando ainda era aplicado o prazo prescricional de 20 (vinte) anos previsto no Código Civil de 1916. Neste passo, faz-se necessário aplicar a regra de transição que reza o art. 2.028 do novo Código Civil<sup>3</sup>, ou seja, observar o lapso temporal entre a entrada em vigor do Código Civil de 2002 – 12.01.2003 – até o ajuizamento da ação em tela – 28.01.2009 -. Tenho que no caso em comento não decorreu a metade do prazo prescricional disposto no código anterior; assim, aplica-se o prazo de três anos.

Com efeito, apesar de o art. 206, § 3º, IX, do Código Civil dispor acerca de seguros de responsabilidade civil obrigatória, o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de considerar o DPVAT como seguro obrigatório de responsabilidade civil, por possuir a mesma qualidade; em vista disso, aplica-se o prazo prescricional de três anos previsto no referido artigo.

Nesse sentido:

Súmula n. 405, STJ. A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

DPVAT. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. Cuida-se de recurso especial remetido à Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de discussão que pode ser assim delimitada: se for considerado que o DPVAT ostenta a natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil, o prazo prescricional para sua cobrança é de três anos diante da incidência do art. 206, § 3º, IX, do CC/ 2002. Por outro lado, se tomado como seguro obrigatório de danos pessoais, a ação de cobrança, em vista da falta de regulamentação específica, prescreve no prazo geral de dez anos estabelecido no art. 205 do CC/2002. O Min. Luis Felipe Salomão, o relator, aplicava ao caso o prazo de prescrição de 10 anos. Mas, o Min. Fernando Gonçalves, em seu voto vista, concluiu que o DPVAT exhibe a qualidade de seguro obrigatório de responsabilidade civil, portanto prescreve em três anos a ação de cobrança

<sup>3</sup> CC – Art. 2.028. Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais de metade do tempo estabelecido na lei revogada.  
0199152-4 (voto)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

150  
m  
143

intentada pelo beneficiário, no que foi seguido pela maioria. Na espécie, tendo o acidente ocorrido em 20/1/2002 e a demanda ajuizada somente em 8/8/2006, o reconhecimento da prescrição é de rigor. Isso posto, a Seção, ao prosseguir o julgamento, não conheceu do recurso. REsp 1.071.861-SP, Rel. originário Min. Luis Felipe Salomão, Rel. para acórdão Min. Fernando Gonçalves, julgado em 10/6/2009. (Informativo n. 0398, 8 a 12 de junho de 2009, STJ, 2ª Seção).

Assim, em consonância com o *decisum* prolatado no juízo *a quo* e tendo em vista as considerações supra, emprega-se o prazo prescricional de três anos, por conseguinte, resta prescrita a pretensão da recorrente.

À luz de todo o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso apelatório.

Recife, 11 de Maio de 2010 .

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator